

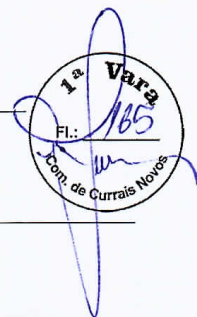


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1ª VARA DA COMARCA DE CURRAIS NOVOS

Av. Cel. José Bezerra, 167 – centro - Currais Novos – RN – CEP: 59380-000

☎ (84) 3412-2891 / 3412- 2758- ✉ cn1civ@tjrn.jus.br



Nº 0103570-93.2016.8.20.0103 - Procedimento Ordinário

CERTIDÃO
TRÂNSITO EM JULGADO

CERTIFICO que em cumprimento nos autos, que a sentença de fl(s). **158/159**, transitou em julgado às 18h. do dia **14.06.2019**.

Currais Novos/RN, 26/06/2019 13:04

Itamar de Medeiros Dantas
Mat.: F165957





ANASTACIO MARINHO
CAIO CESAR ROCHA
DEREGRAN SALES
TIAGO ASFOR ROCHA
WILSON SALES BILCHER
ANALUIY GOMES
ANA AMÉLIA FAVOS
ANA CAROLINE DA SILVA
ANA JULIA SILVA
ANDRESSA FRANÇA
BARBARA ROCHA
BRENO POSSOA
CARLA LIMA
CAROLINA BEZERRA
CHARRA PIMENTA

CLAUDIA ARRUDA
CRISTIANA FREITAS
CRISTIANE CARVALHO
DANIELLE LUCENA
DAVID ROCHA
EDUARDO FERREI
ÉLIDA LIMA MARTINS
ELORA FERNANDES
EVANILDA PONTES
ÉRIKA NÓBREGA
EVELINE LIMA
FABÍOLA FOLIO
FABÍOLA FREITAS
FLÁVIA LINS
GUAUHER NUNES

HUGO MILO
ÍCARO REBOUÇAS
ILANA LIMA
JANELE SEVERO
JOÃO PIMENTEL
JULIANA MIRANDA
JÓDIO CARRAL
JUSSARA MAFRA
KARLA CARVALHO
LARISSA MAIA
LARISSA SEVEIRA
LARISSA RODRIGUES
LAYLA MEIRA
LEONARDO CARSTRAND
LUANE OLIVEIRA

LUCAS ASFOR
LUCAS CAMILANTE
MADDA MADERA
MANGOL BURGOS
MARCELY ALMEIDA
MARCIO MACIEL
MÁRCIO MONTENHO
MARCELUS FREITAS
MARILEE BRAGANTE
MARINA RODRIGUES
MIGUEL CORDEIRO
NATASHI MESQUITA
NATHALLIA BARRIOS
NATHALLIA RODRIGUES
NATHALY SOUZA

PATRICIA SANTOS
PAULO LUCENA
PEDRO CAMINHA
RAFAEL NOGUEIRA
RENAN REBOUÇAS
RENATO ARRUDA
ROBERTA PORTELA
RUAN CASTRO PAPA
TATHIANNE LUIZ
VANESSA FREIRE
VÂNIA COSTA
WILSON GALVÃO
CONSULTOR:
MIR. PAULO GALLOTTI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE CURRAIS NOVOS - RN

PROCESSO N° 0103570-93.2016.8.20.0103

REQUERENTE: JOAO BATISTA DE MEDEIROS

REQUERIDA: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT, empresa seguradora com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º andar - Centro - RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada por seus advogados infra signatários, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**, proposta por JOAO BATISTA DE MEDEIROS, em trâmite perante este d. Juízo, vem, com o devido respeito e acatamento, à presença de V. Exa., com fulcro nos artigos 335 e seguintes do Código de Processo Civil, apresentar **CONTESTAÇÃO**, consoante as razões de fato e de direito a seguir delineadas.

www.rochamarinho.adv.br
84 3231-4328

203 PCSB-17-00001653-7 170217 1534 14



I - DAS INTIMAÇÕES

Inicialmente, requer que sejam as publicações e intimações alusivas ao presente feito realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do advogado WILSON SALES BELCHIOR, inscrito na OAB/RN sob o n. 768-A, SOB PENA DE NULIDADE.

II - DOS FATOS

Alega o autor, em sua peça exordial, que, em 21 de junho de 2016, sofreu acidente de trânsito do qual resultou diversas lesões.

Conforme exposto na própria inicial, a Seguradora Requerida efetuou o depósito da devida indenização no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) tão logo o autor solicitou administrativamente.

Ocorre que, segundo as alegações autorais, do suposto acidente resultou debilidade permanente superior a já constatada, razão pela qual o autor faria jus à uma indenização de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), motivo pelo qual afirma fazer jus ao complemento no importe de R\$ 8.606,25 (oito mil seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos) a ser paga pelo Consórcio DPVAT.

A despeito dos fatos alegados pelo autor, não há que se falar em qualquer complementação indenizatória a ser realizada pela demandada, uma vez que, conforme restará fartamente demonstrado a seguir, o valor da indenização auferido e pago pela demandada está em total conformidade com o disposto na súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça e com a Lei 11.945/2009.

III - DO MÉRITO

III. 1 - DO ÔNUS DA PROVA QUANTO AO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR.

Cumprе destacar que, quando ocorre um acidente de trânsito, a relação jurídica que nasce, qual seja, o direito do segurado ou





beneficiário em receber a indenização e a obrigação da seguradora pagar a indenização está amparada por lei específica, que estabelece um direito e uma obrigação que configuram uma relação própria, particular, afastando-se, assim, a natureza de relação de consumo.

Assim, cabe ao autor produzir provas dos atos constitutivos de seu direito, o que não ocorreu, uma vez que a documentação médica juntada pelo autor NÃO constata nenhuma sequela em grau superior àquele já pago pela Seguradora, quando era ônus da mesma tal comprovação, devendo ser aplicado no presente caso o art. 373, I, do CPC, *in verbis*:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

A Requerente cuida apenas de tecer meras alegações infundadas em sua inicial, objetivando a complementação do valor pago administrativamente, mas, em contrapartida, sequer junta ao processo elementos que comprovem suas indagações ou os fatos que fundamentam seu pedido, em total desrespeito ao artigo supracitado.

Com efeito, considerando o fato da inexistência nos autos de comprovação de dano em nível superior ao valor pago pela requerida, percebe-se que não há que se falar em majoração do quantum devido ou de pagamento na sua totalidade máxima, o que dá ensejo à improcedência do pleito inicial.

Ora, Exa., como pode o autor requerer complementação do valor recebido administrativamente quando a documentação médica anexada aos autos não demonstram sequelas em grau superior ao já indenizado?

Os fatos mencionados na inicial, conforme dito, não podem limitar-se a simples alegações, mas, ao contrário, devem ser comprovados, para que possam ser levados em conta pelo juiz na sua decisão, conforme preleciona o art. 373, I, do CPC.

Nesse sentido, segue julgado proferido por este Egrégio Tribunal cuja ementa tem o seguinte teor:



EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. PAGAMENTO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA. INVALIDEZ INCONTROVERSA. APLICABILIDADE DAS RESOLUÇÕES DO CNSP. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ ADMITIDA. CONSOLIDAÇÃO NO ENTENDIMENTO PELO STJ. SENTENÇA REFORMADA. 1 - A quitação dada pelo beneficiário é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, quando o pagamento tiver sido feito a menor. [...] 4 - A reiteração de julgados nesse sentido culminou na edição da súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça, cuja redação determina: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". 5 - Considerando a aplicabilidade da tabela que trata da graduação da indenização em consonância com o grau da lesão sofrida pelo requerente, e, ainda, a inexistência nos autos de comprovação de dano em patamar superior ao quantificado pela seguradora, não há falar em majoração do quantum devido ou de pagamento na totalidade. 6 - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJCE processo nº 0106990-29.2007.08.06.0001 Rel. DES. WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAUJO 3ª CC julgamento em 22 de maio de 2013)

Além disso, percebe-se que o autor não juntou documento imprescindível para a correta análise do feito, conforme determina o art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, qual seja, o **laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal**, que é indispensável para a comprovação dos fatos alegados.

Sendo assim, não pode, em momento algum, a Requerente alegar que o simples pedido de produção de prova pericial supre a necessidade de apresentar documentos imprescindíveis para comprovar o fato constitutivo do direito alegado, bem como a veracidade do mesmo, devendo o ônus da prova ser suportado por ele.

Em razão do exposto, à luz do princípio *actori incumbit probatio*, resta evidenciado que o autor não logrou êxito em provar de maneira contundente os fatos alegados na exordial, o que é seu dever e, portanto, não cabe à parte requerida fazê-lo em seu lugar, o que enseja a IMPROCEDÊNCIA do pleito ante a absoluta carência de suporte probatório.

III. 2 - DA OBRIGATORIEDADE DE LAUDO PERICIAL E DA NECESSIDADE DE QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE.

Neste sentido, cumpre-nos destacar que a Lei 6.194/74, alterada pela Lei 11.482/2007, em seu art. 5º, § 5º, prevê, dentre os documentos que obrigatoriamente devem constar para fins de





requerimento de indenização por danos decorrentes de acidente de veículo automotor, laudo médico fornecido pelo Instituto Médico Legal.

Tal obrigatoriedade tem como intuito dificultar requerimentos fraudulentos ao seguro DPVAT, uma vez que a realização de Laudo por peritos pertencentes a órgão especializado teria o condão de dificultar tal prática. Este também é o entendimento dos Tribunais Pátrios a respeito da matéria acima:

Tipo do Recurso: RECURSO INOMINADO / N° do Recurso: 04557/2011 / Origem: 11. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA CAPITAL / Processo Originário: 03051/2010 / Relator: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Relator do Acórdão: JUIZ - RAIMUNDO NONATO DE SOUZA BRAID FILHO / Órgão Julgador 2a. TURMA RECURSAL / Data de Julgamento: 12/9/2011.

Ementa: RECURSO INOMINADO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). LEI 11.945/09. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. A LEI 11.945/2009, EXIGE ALÉM DA PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE COM VEÍCULO AUTOMOTOR, A VERIFICAÇÃO DE SUA GRADUAÇÃO PARA FINS DE QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS QUANTO À INCAPACIDADE DO AUTOR. A COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE, TOTAL OU PARCIAL, É RESPONSABILIDADE DA PARTE AUTORA. OBRIGATORIEDADE LEGAL DE REALIZAÇÃO DE EXAME PELO DML DA CIDADE DA PARTE RECORRENTE OU DO LOCAL MAIS PRÓXIMO, EM CASO DE INEXISTÊNCIA. EXEGESE DO 5º, § 5º, DA LEI 6.194/74. ADOÇÃO DO ENTENDIMENTO DO STJ, DE QUE A ELABORAÇÃO DO LAUDO PERICIAL É OBRIGATORIAMENTE PELO DML - DEPARTAMENTO MÉDICO LEGAL. NO CASO CONCRETO, NÃO TENDO O AUTOR COMPROVADO O FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, QUAL SEJA, SUA EFETIVA INCAPACIDADE PERMANENTE E O GRAU DESSA SUA INCAPACIDADE, ÔNUS QUE LHE COMPETIA (CPC, ART. 333, I), NÃO FAZ JUS À PERCEPÇÃO DA INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. RECURSO IMPROVIDO.

Ementa: SEGURO - DPVAT - LAUDO DO IML - DOCUMENTO NECESSÁRIO - PRINCÍPIO DE PROVA - INEXISTÊNCIA - PERÍCIA-NECESSIDADE - AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO, GRAU DE INCAPACIDADE E CARÁTER DEFINITIVO - COMPLEMENTAÇÃO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - ÔNUS DA PROVA - AUTOR.

Tratando-se de pleito relativo a indenização oriunda de seguro DPVAT, mostra-se imprescindível, nos casos de invalidez permanente, o laudo pericial, expedido pelo Instituto Médico Legal, indicando intensidade das lesões sofridas pela vítima. Se necessário, deverá ser realizado exame pericial complementar para afirmar a invalidez, sua extensão e o grau de incapacidade do acidentado, para comprovação das lesões. Mostrando-se necessária a prova pericial, e pretendendo o autor amparar suas alegações tão somente em prova documental, impraticável a comprovação da invalidez, o improvido do recurso é medida que se impõe. (TJMG:



Desse modo, resta claro que o laudo expedido pelo Instituto Médico Legal é imprescindível para a comprovação da invalidez permanente e para a aplicação dos critérios de proporcionalidade necessários para a fixação do quantum indenizatório.

No caso em apreço, os documentos médicos juntados pelo autor não são suficientes para constatar a invalidez permanente, tampouco comprovam que os ferimentos decorreram de acidente com veículo automotor.

Ante o exposto, somente a realização de perícia médica realizada por perito oficial do IML e a expedição de laudo médico pericial pormenorizado, que atenda às especificações impostas pela legislação competente, poderá confirmar o acerto do cálculo efetuado quando da apuração do valor a ser pago ao autor administrativamente.

Em suma, ao perito competirá apurar o grau da invalidez permanente do autor e aplicar o limite indenizatório nos termos previsto na Lei 6.194/74, em conformidade com o disposto na Súmula 474 do STJ.

Isto posto, requer-se o INDEFERIMENTO da inicial em razão da ausência de documento obrigatório, conforme art. 5º, §5, da Lei 6.194/74, uma vez que a apresentação de laudo pericial fornecido pelo Instituto Médico Legal é indispensável para a comprovação dos fatos alegados pelo autor.

III. 3 - DA ADEQUAÇÃO DO PAGAMENTO EFETUADO PELA VIA ADMINISTRATIVA AO DISPOSTO NA LEI 11.945/2009.

Faz-se mister destacar que a indenização devida pelo Convênio DPVAT, em consonância com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/74, §1º, II, da Lei 6194/74, foi adimplida pelo Convênio DPVAT ainda em âmbito administrativo no montante de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), valor este que está em total consonância com a súmula 474 do STJ, segundo a qual a indenização paga pelo seguro DPVAT deverá ser proporcional ao grau da invalidez. Tal fato demonstra a impropriedade desta Ação.





Cumpre-nos destacar que o seguro DPVAT vem sendo alvo de diversas fraudes que objetivam lucrar ilicitamente com o recebimento do valor das indenizações, razão pela qual a legislação pátria e a própria jurisprudência vêm destacando a necessidade de comprovação expressa dos fatos alegados pelos requerentes, o que, no caso em apreço, somente poderia ser realizado mediante laudo do Instituto Médico Legal, conforme fartamente demonstrado alhures.

De fato, a realização de pagamento pela via administrativa é precedida, em qualquer circunstância, de criteriosa análise quantitativa e qualitativa da invalidez acometida pelo autor, à luz dos critérios de proporcionalidade estabelecidos pela tabela estatuida pela Medida Provisória n°. 451/08, posteriormente convertida em Lei, a qual, in casu, foi enquadrada no percentual de 25% que corresponde à perda completa da mobilidade de um dos punhos e conclusivamente fixada por perícia médica, em "grau leve" (25%), o que equivale ao valor já pago.

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
		Total	6,25 %	R\$ 843,75

Resta claro, nesse sentido, que a Seguradora Líder agiu em estrita consonância com o disposto na Súmula 474 do STJ, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade ao avaliar o grau de invalidez do autor, evitando, assim, o enriquecimento ilícito desta.

Deve-se ter em mente que o valor pleiteado pelo autor, qual seja, R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), corresponde a 70% do valor máximo pago a título de indenização por MORTE, o que equivale, segundo a tabela expressa no art. 3º da Lei 6.194/74, aos casos de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores.

O autor, a qual sofreu danos no seu punho, requer a mesma indenização que deve ser paga a quem, em decorrência de acidente com veículo automotor, tem seu braço amputado. Não resta dúvida de que



não há razoabilidade no pedido realizado pelo autor a este Juízo, tendo em vista que os danos físicos que sofreu não se equivalem aos casos em que é devida indenização no valor de R\$ 9.450,00 (nove quatrocentos e cinquenta reais), como pleiteia.

O valor pago administrativamente pela ora Requerida está em total conformidade com o disposto no art. 3º, §1º, II, da Lei 6.194/74, bem como com a súmula 474 do STJ e com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Ademais, cumpre destacar que o autor aceitou de pleno acordo o valor que lhe foi pago administrativamente pela ora Requerida, tendo firmado acordo que deu quitação plena à Requerida no que concerne ao sinistro objeto da presente lide.

Desse modo, em nome da segurança jurídica, tendo em vista que o autor recebeu sem ressalvas a indenização que lhe foi administrativamente pago, não há direito que lhe assista, uma vez que a ora Requerida resta desobrigada de qualquer obrigação de complementação da reparação efetuada.

Nesse sentido, vale destacar o teor do parágrafo único do artigo 320 do Código Civil: *Ainda sem os requisitos estabelecidos neste artigo, valerá a quitação, se de seus termos ou das circunstâncias resultar haver sido paga a dívida.*

Sem dúvida, ante a quitação efetuada, não há mais relação jurídica alguma entre as partes, razão pela qual resta comprovada na lei, na doutrina e na jurisprudência a necessária IMPROCEDÊNCIA da presente demanda.

III. 4 - DO VALOR INDENIZÁVEL - UTILIZAÇÃO DA TABELA DA LEI 11.945/2009 E APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO NO CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE.

Cabe ressaltar, Excelência, que o sinistro *in casu* ocorreu sob a vigência da Lei 11.945/2009, a qual veio estabelecer a necessidade de gradação da invalidez para aplicação proporcional da indenização devida pelo seguro DPVAT, de acordo a tabela trazida pelo dispositivo legal supracitado.





De acordo com a nova regulamentação, a invalidez permanente está dividida em invalidez permanente total ou parcial, sendo que a parcial pode ser completa ou incompleta. Para a apuração da indenização a ser paga é preciso aplicar os percentuais da tabela instituída para esse fim pela Lei nº 11.945/2009 (MP nº 451/2008)

Neste sentido, para melhor compreensão do quantum indenizatório devido, vejamos a transcrição do art. 31 da Lei nº 11.945/09, incisos I e II:

Art. 31 Os arts. 3o e 5o da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Em consonância com o texto supracitado, segue tabela anexa à referida Lei:

Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50



Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo	25
<u>Polegar</u>	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da	
Mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	

Para os casos de invalidez parcial incompleta se aplicarão os percentuais abaixo aos valores previstos para cada uma das hipóteses de invalidez parcial completa:

- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa;
- 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão;
- **25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão;**
- 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Deste modo, Excelência, verifica-se que o valor referente à "perda completa da mobilidade de um dos punhos" seria no importe de R\$ 3.375,00 (25% do valor máximo), sendo devido 25% deste valor, pois se refere à "repercussão leve", totalizando o montante indenizatório pago pela seguradora no valor de **R\$ 843,75**, o qual resta devidamente demonstrado e **CORRETO**.

Cumpra esclarecer que as alterações introduzidas pela Lei 11.945/2009 implicam na fixação de indenização conforme o GRAU DE INVALIDEZ além da **REPERCUSSÃO DAS LESÕES**, isto é, reduzidas em 75% (setenta e cinco por cento) se a invalidez for incompleta com perdas de repercussão intensa, e em 50% (cinquenta por cento), 25% (vinte e





cinco por cento) e 10% (dez por cento) se a perda for média, leve ou residual, respectivamente, nos termos do art. 3º, §1º, II, da Lei.

Válido ressaltar que, o STF já pacificou o entendimento acerca da aplicação e necessidade da utilização da referida tabela, conforme decisão em controle concentrado de constitucionalidade nas ADI 4627/DF e ADI 4350/DF⁽¹⁾:

"No que diz com a suposta inconstitucionalidade das regras legais que criaram tabela para o cálculo do montante devido a título de indenização, cuidar-se-ia de medida que não afrontaria o ordenamento jurídico. Ao revés, tratar-se-ia de preceito que concretizaria o princípio da proporcionalidade, a permitir que os valores fossem pagos em razão da gravidade da lesão ao acidentado. Além do mais, não haveria, no caso, violação aos princípios da dignidade da pessoa humana e da vedação do retrocesso social. (GRIFAMOS)."

O Superior Tribunal de Justiça, na RECLAMAÇÃO 10.093-MA e na RECLAMAÇÃO 18.795 - MG, confirmou o entendimento de aplicação da proporcionalidade em caso de invalidez permanente, bem como considerou válida a UTILIZAÇÃO DA TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT ao grau da invalidez, de acordo com o enunciado da Súmula 474/STJ, bem como no sentido de ser "válida a utilização da tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial".

Destarte, a aplicação da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente é medida que se impõe aos casos em que reste comprovada a invalidez permanente parcial da vítima, nos termos da Lei 11.945/2009 e da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

Em análise ao processo administrativo ora anexado aos autos, verifica-se que NÃO HOUVE perícia médica realizada pela parte Autora.

(1) Disponível em
<<http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo764.htm#Seguro%20DPVAT%20e%20Lei%2011.482/2007%20e%2011.945/2009%20-%201>> Acesso em 10 nov. 2014.



De acordo com a Lei 11.945/2009, o Instituto Médico Legal (IML) deve fornecer laudo pericial para verificar a existência e quantificar as lesões sofridas pelo autor em até 90 (noventa) dias, senão vejamos:

§5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Ora, Excelência, o autor pleiteia complementação ao valor pago sem mesmo ter realizado laudo pericial, o qual deveria ter sido feito pelo IML à época do sinistro, evitando tal incontroversa sobre o importe.

Por fim, Doutor Julgador, ressalta-se mais uma vez a publicação da SÚMULA 474 PELO STJ, que veio a determinar que "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez", a qual, rendendo homenagens aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, avalizou o pagamento do Seguro DPVAT proporcional ao grau de invalidez sofrido pela parte autora, concluindo pela inexistência de qualquer lógica de comércio ou prejuízo ao princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

III. 5 - DOS JUROS LEGAIS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

O seguro DPVAT materializa-se por meio de um contrato, de imposição legal, mas sempre um contrato. E, sendo como é, um contrato de seguro, não foge à índole eminentemente indenizatória que o caracteriza, nos exatos termos dos arts. 757 e 781 do Código Civil, de vez que o interesse legítimo do segurado não pode ser superior aos seus reais prejuízos, e a indenização não pode ultrapassar o valor desse interesse, sob pena de incorrer em enriquecimento sem causa.

A responsabilidade que daí decorre, para ambas as partes (a bilateralidade também é da essência do contrato de seguro), é CONTRATUAL, e não extracontratual. Não se aplica, dessa forma, in





casu, a Súmula 54 do STJ, segundo a qual "os juros moratórios a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".

Tendo em vista que a seguradora efetuou o pagamento da indenização devida ainda na via administrativa, ainda que este d. Juízo entenda por julgar procedente o pedido de complementação da indenização, o que se admite tão somente a título argumentativo, não há que se falar em inadimplência contratual, não podendo a Requerida, portanto, ser sancionada com juros de mora.

Desta feita, não tendo a seguradora praticado qualquer ilicitude, caso seja condenada a complementar a indenização já paga, o que se admite apenas por apego ao debate, não são os juros moratórios devidos, cabendo contar-se a incidência dos mesmos, quando muito, A PARTIR DA CITAÇÃO INICIAL, conforme disposição expressa do art. 405 do Código Civil e súmula 426 do STJ:

Súmula 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Acerca da CORREÇÃO MONETÁRIA, espera a Ré que seja observada a DATA DO EVENTO DANOSO como termo inicial para a sua incidência, face o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, a teor da Súmula nº 580 dessa Corte:

Súmula 580/STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso."

Assim, verifica-se que em caso de uma eventual condenação, a correção deve incidir a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, não havendo que se falar em juros de mora.

III. 6 - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Tendo em vista o baixo grau de complexidade do feito, sua natureza, o local onde tramita e a celeridade da demanda, em caso de condenação, o que se admite apenas a título de argumentação, requer sejam fixados os honorários advocatícios no mínimo legal de 10%, conforme dispõe o artigo 85 do CPC.



Contudo, se isto não ocorrer, sendo o autor beneficiária de assistência judiciária gratuita se requer que seja respeitado o limite de 15% estabelecido pelo art. 11, §1º, da Lei nº 1.060/50, que determina:

"Art. 11 - Os honorários de advogados e peritos, as custas do processo, as taxas e selos judiciais serão pagos pelo vencido, quando o beneficiário de assistência for vencedor na causa.

§1º - Os honorários do advogado serão arbitrados pelo juiz até o máximo de 15%(quinze por cento) sobre o líquido apurado na execução da sentença." (grifo nosso)

Nesse sentido, já se pronunciou nossa jurisprudência:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO - 1. Apontando a parte embargante que houve condenação em honorários fora dos limites do art. 11, § 1º, da Lei nº 1.060/50, dele não cuidando o Acórdão recorrido, impõe-se a integração, ainda mais considerando a divergência jurisprudencial que existe sobre o ponto. 2. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp - 297716 - MG - 3ª T. - Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito - DJU 01.10.2001 - p. 00211)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - AJG - VERBA ADVOCATÍCIA FIXADA EM PERCENTUAL QUE EXCEDE À LIMITAÇÃO DA LEI 1.060/50 - PREQUESTIONAMENTO - Equívoco na fixação dos honorários de advogado em 20% do valor da condenação. Afrenta ao art. 11, § 1º da Lei 1.060/50. Limitação ao percentual de 15% que se impõe. Ausência de omissão substancial na apreciação da controvérsia jurídica central, segundo estabelece o art. 535, II do CPC. (TJRS - EDcl 70005256284 - 9ª C.Civ. - Rel. Des. Paulo de Tarso Vieira Sanseverino - J. 27.11.2002)

Assim, requer que, havendo condenação ao pagamento de honorários advocatícios, que seja arbitrada no mínimo legal (10%) e, se isto não ocorrer, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.

IV - DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL JUDICIAL

Ademais, caso este douto magistrado não entenda pela desconsideração do suposto direito do autor, o que se afirma apenas a título de argumentação, a parte ré requer que V. Exa. determine a realização de perícia judicial, com o fito de averiguar se há





incapacidade permanente e o sua repercussão, o qual demonstrará final que não há motivo para a presente ação.

Por oportuno, a seguradora requerida apresenta os quesitos que deverão ser respondidos pelo perito posteriormente nomeado por V. Exa. Verbis:

1 - Queira o Sr. Perito informar se existe nexo de causalidade entre as referidas lesões e o acidente relatado na petição inicial;

2 - O autor possui alguma patologia que determine sua invalidez em caráter definitivo?

3 - Em caso positivo do item acima, o autor em decorrência de tal patologia foi submetido a tratamento médico capaz de minimizar ou sanar a debilidade?

4 - Confirmado se realmente o autor possui debilidade permanente, tal debilidade entende-se como TOTAL (corpo inteiro) ou PARCIAL (limitada a um membro ou função)?

5 - Caso seja confirmado a debilidade do autor como PARCIAL, tal debilidade é COMPLETA (inutilização do membro) ou INCOMPLETA (limitação funcional ou anatômica do membro)?

6 - Conforme o que versa a legislação, através do art. 3º, §1º, II da Lei 6.194/74, qual o grau da repercussão da debilidade do autor?

Lei 6.194/74 - Art. 3º, §1º, II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

V - DOS PEDIDOS:

EX POSTIS, requer-se que este d. Julgador se digne a:



- I- **JULGAR TOTALMENTE IMPROCEDENTE A AÇÃO**, tendo em vista que o valor pago administrativamente a título de indenização por invalidez está de total acordo com o disposto no art. 3º da Lei 6.194/74, não havendo qualquer determinação legal que justifique a complementação do valor da indenização, tal fato corresponderia tão somente ao enriquecimento sem causa da Requerente.
- II- Subsidiariamente, caso este d. Juízo entenda ser devida a complementação do valor já pago administrativamente, o que, *concessa vênias*, se admite tão somente a título argumentativo, uma vez que tal medida não possui amparo na legislação pátria, requer-se que seja valorado o *quantum* a ser pago com especial atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como ao disposto na Súmula 474 do STJ, tendo em vista que o valor pretendido pelo autor é devido em casos de invalidez permanente inegavelmente mais graves que o caso em análise.
- III- Requer-se, ainda, o INDEFERIMENTO do pedido de justiça gratuita, tendo em vista que o Requerente optou por promover a presente ação com amparo de advogado particular quando poderia ter procurado a Defensoria Pública, o que destoaria do comportamento de quem alega não possuir condições de arcar com custas processuais sem comprometer o seu próprio sustento. Se isto não ocorrer, requer seja a verba honorária fixada no mínimo legal e, ainda mantendo entendimento contrário a este, que seja observado o teto estabelecido pela Lei de Assistência Judiciária Gratuita de 15% sobre o valor da condenação.
- IV- Em caso de uma eventual condenação, requer que a correção incida a partir do evento danoso, nos moldes do que estabelece a Súmula nº 580 do STJ, e os juros de mora a partir da citação.



34
Xerox
de Cartas Novas

V- Sem prejuízo do ônus da prova, que é da parte Autora (art. 373, inciso I, do CPC), a Demandada protesta pela produção de todos os meios de prova em Direito admitidos, notadamente prova pericial, juntada de novos documentos e principalmente pela oitiva de testemunhas em audiência, se acaso necessários ao deslinde da contenda (art. 369 do CPC).

Por fim, reitera o pedido de que todas as publicações dos atos processuais posteriores sejam feitas **EXCLUSIVAMENTE** em nome do advogado **WILSON SALES BELCHIOR**, inscrito na **OAB/RN sob o número 768-A**, sob pena de nulidade.

Os documentos que instruem a presente contestação são declarados pelos causidicos/signatários da Demandada como autênticos, tratando-se de cópias fidedignas dos respectivos originais, o que declaram sob as penas da lei e calcados no artigo 219 do Código Civil de 2002 e no artigo 424 (primeira parte) do CPC.

Termos em que espera deferimento.

Fortaleza/CE, 17 de março de 2017.

WILSON BELCHIOR

OAB/RN 768-A



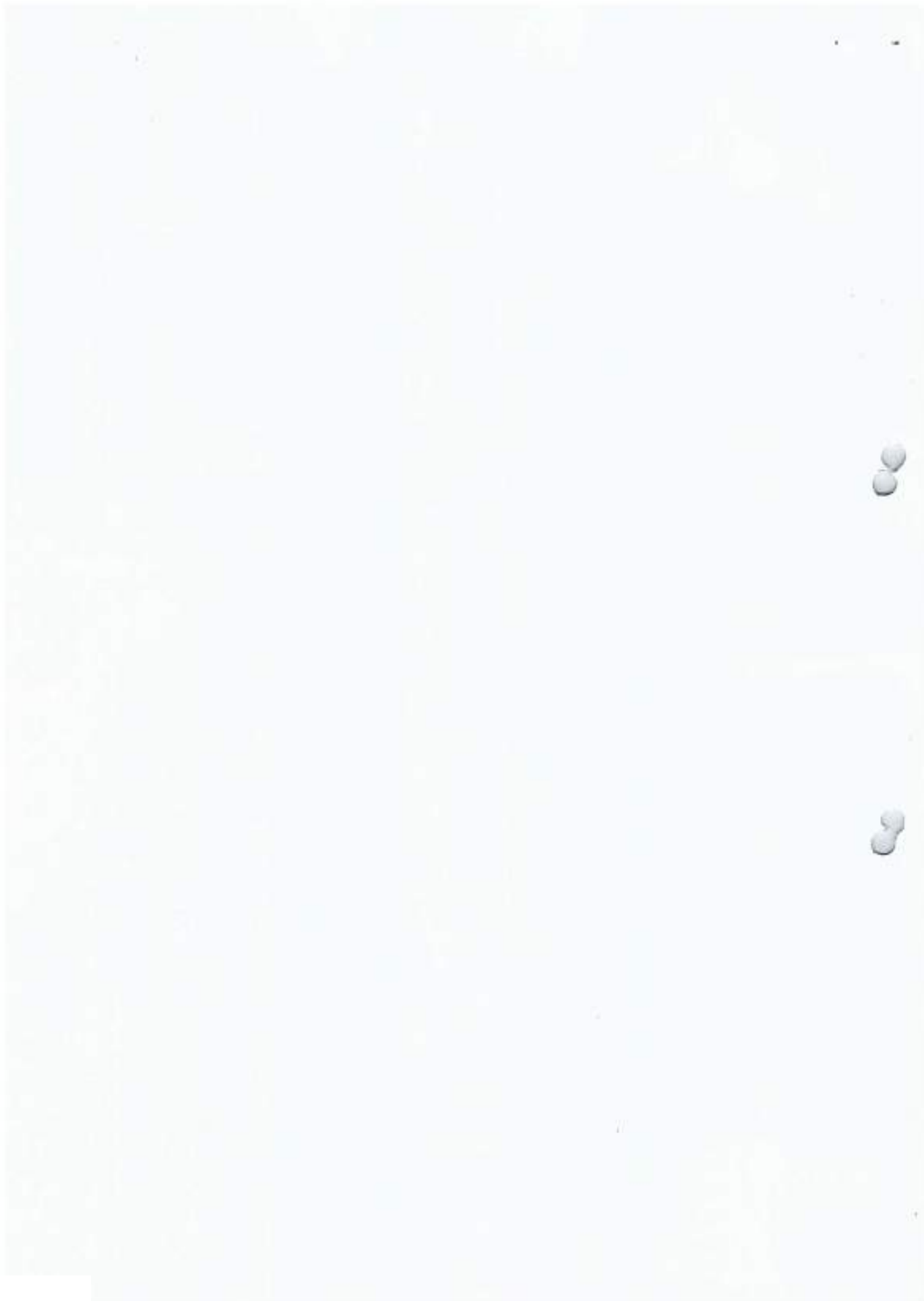
DIEGO RODRIGUES DANTAS

OAB/RN 13.011

THAINA MACIEL

ESTAGIARIA





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE CURRAIS NOVOS/RN.

JOÃO BATISTA DE MEDEIROS, brasileiro, casado, moto taxista, portador do RG nº 905.441 SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 566.018.914-87, residente e domiciliado na Rua Braz Machado da Nóbrega, nº 30 – Radir Pereira – Currais Novos/RN, CEP: 59380-000, através de sua advogada que *in fine* assina, com endereço profissional abaixo mencionado, vem respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço funcional à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20031-201, pelos fatos e fundamentos adiantes elencados.

Rua Moisés Galvão, 125, Centro, Currais Novos/RN - CEP: 59380-000.
TEL. (84) 3412-1112 / CEL. (84) 9971-7115 - E-mail: flaviamaiaadvocacia@hotmail.com

Página 1 de 12





01. O autor é pessoa pobre na forma da lei, não possuindo condições de arcar com as custas e despesas processuais, uma vez que sobrevive com a pouca renda que consegue da atividade que exerce. Acrescente-se que seu trabalho encontra-se comprometido em razão do acidente que sofreu, sobrevivendo com a ajuda de familiares. O pedido tem por base o disposto no 98, §1º do Código de Processo Civil; a Lei nº 1.060/50 e nos termos do artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, os quais estabelecem as normas para concessão de assistência judiciária aos necessitados. Pelo que requer os benefícios da justiça gratuita.

II - DOS FATOS

02. O requerente sofreu um acidente motociclistico no dia 21 de junho de 2016, quando trafegava de moto na Av. Nair Costa em Currais Novos/RN, ocasião em que seguia na mão direita, no sentido Lagoa Nova/RN – Currais Novos/RN, quando foi surpreendido por um veículo que fazia uma conversão na via, vindo a colidir com o autor. O requerente foi socorrido e levado para o Hospital Regional de Currais Novos/RN.

03. A motocicleta que o autor pilotava era Honda CG 150 START, ano 2015/2015, cor: vermelha, de placas: QGG 3120/RN, de propriedade do requerente.

04. Este grave acidente provocou as seguintes sequelas: CID-10 – S. 69 – Outros traumatismos e os não especificados do punho e da mão; CID-10 – S. 66 – Traumatismo de músculo e tendão ao nível do punho e da mão; CID-10 T. 92 – Sequelas de traumatismos do membro superior. Em razão deste acidente, o autor encontra-se com uma limitação articular do punho esquerdo, sentindo dores constantes, dificuldade para palpação, limitação da força muscular um desvio radial e ulna de punho. O déficit em pega cilíndrica com a mão esquerda com mais de 2 kg. Tais lesões ocasionaram uma limitação funcional de membro superior, o que lhe tem causado sérios problemas, apresentando dificuldade nas atividades da vida diária. Estas sequelas são irreversíveis.

05. Portanto, o acidente provocou lesões definitivas no autor, as quais resultaram em sequelas permanentes, conforme atesta o laudo anexo, necessitando de tratamentos médicos e cuidados constantes.



06. O requerente, então, deu entrada administrativamente pelos correios para receber a indenização referente ao seguro DPVAT, tendo recebido a quantia de **R\$ 843,75** (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), como consta cópia em anexo.

07. Diante do exposto, não há outra alternativa, senão recorrer a via judicial, fim de que o autor possa obter o pagamento do valor total do seguro DPVAT, atualizada monetariamente, a partir do ajuizamento da ação sem prejuízo dos juros legais devidos, resgatando, assim, seu direito líquido e certo, tendo em vista as sequelas permanentes decorrentes do acidente, com a **perda funcional completa do membro superior**, as quais ocasionaram uma invalidez permanente parcial completa.

III – DO DIREITO

08. A ação de cobrança de seguro obrigatório – DPVAT – é matéria disciplinada por legislação especial, a saber o decreto lei 73/66 e a lei 6194/74, com as modificações introduzidas pela lei 8.441/92.

09. O artigo 7º da lei 6194/74, com a nova redação que lhe foi dada pela lei 8.441/92, determina que o *seguro será pago por qualquer das seguradoras conveniadas, independentemente de estar o seguro realizado ou não, vencido ou não.*

10. Desta forma, a questão da legitimidade passiva de qualquer das Seguradoras que integram o convênio DPVAT é pacífica, inclusive na Jurisprudência, como se vê da ementa do julgado do Colendo STJ, adiante transcrito:

RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – VEÍCULO ENVIADOR DO ACIDENTE IDENTIFICADO – 1. "Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso ocorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a Lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou" (RESP nº 68.146/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/98). 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ - RESP





11. Atesta-se que há muito tempo as Seguradoras vêm pagando, quando da liquidação dos sinistros que envolvem o seguro obrigatório DPVAT, valor inferior ao fixado na lei que rege o tema, como ocorreu no caso em tela, sob a justificativa de que o fazem com base em resolução da SUSEP.

12. No Site da SUSEP (WWW.susep.gov.br), colhe-se a seguinte informação:

Quais são os atuais valores de indenização do DPVAT no caso de envolvimento em acidente de trânsito?

Os valores de indenização por cobertura são os constantes da tabela abaixo:

Morte	R\$ 13.500,00
Invalidez Permanente (1)	Até R\$ 13.500,00
Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares (DAMS) (2)	Até R\$ 2.700,00

(1) A quantia que se apurar, tomará por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela constante das Normas de Acidentes Pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista na norma vigente.

(2) Os valores de indenização de DAMS serão pagos até o limite definido em tabela de ampla aceitação no mercado, tendo como teto máximo o valor previsto na norma vigente, na data de liquidação do sinistro. Os valores de indenização de tal tabela deverão ter, como limite mínimo, os valores constantes da Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). O Seguro DPVAT assegura à vítima o reembolso de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada, junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos, bem como veda o reembolso quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

OBSERVAÇÕES:





1. Qualquer indenização será paga com base no valor vigente na data da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de trinta dias da entrega dos documentos.

O pagamento também poderá ser realizado através de depósito ou transferência eletrônica de dados (TED) para a conta corrente ou conta poupança do beneficiário, observada a legislação do Sistema de Pagamento Brasileiro.

2. O valor da indenização DPVAT não tem relação com o valor salarial mínimo vigente no país. Os valores de indenização do seguro DPVAT são os fixados pela Lei 11.482/07.

13. Vê-se que a Superintendência (SUSEP) faz o papel de legisladora, orientando os cidadãos e as Seguradoras que o valor da indenização é aquele por ela instituído por força da Resolução 056.

14. Ao proceder desta forma, desobedecendo ao Princípio da Hierarquia das leis, as Seguradoras acabam por infringir a Lei, reduzindo o valor da indenização por força de resolução, ou seja, lesando os beneficiários do Seguro.

15. Com a alteração trazida pela Lei nº 11.42/2007, modificou-se a Lei nº 6.194/74, sendo determinadas as quantias a serem pagas para cada cobertura (morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares). Desta forma, estabeleceu-se que a cobertura para a Invalidez permanente parcial completa, como no caso em comento, deve ser na quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais), tendo em vista que o autor encontra-se sérias sequelas no membro superior, sentindo dores, estando com limitação funcional, dificuldades para realizar movimentos, perda da força muscular, causando sérios problemas em sua vida cotidiana e para exercer atividade laboral, tudo em decorrência do grave acidente que sofreu, conforme laudo médico.

16. A invalidez permanente, com a nova regulamentação, está dividida em invalidez permanente total ou parcial, sendo que a parcial pode ser completa ou incompleta. O dispositivo legal estabelece os valores (Lei nº 11.945/2009 (MP nº 451/2008)) de cada indenização como sendo os seguintes:

Invalidez permanente total:

Página 5 de 12





- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores: R\$ 13.500,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés: R\$ 13.500,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior: R\$ 13.500,00;
- Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral: R\$ 13.500,00;
- Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica: R\$ 13.500,00; e
- Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicas, abdominais, pélvicas ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital: R\$ 13.500,00.

Invalidez permanente parcial completa:

- Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos: R\$ 9.450,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores: R\$ 9.450,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés: R\$ 6.750,00;
- Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da função (mudez completa) ou da visão de um olho: R\$ 6.750,00;
- Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar: R\$ 3.375,00;
- Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo: R\$ 3.375,00;





- Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacro: R\$ 3.375,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão: R\$ 1.350,00;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé: R\$ 1.350,00; e
- Perda integral (retirada cirúrgica) do baço: R\$ 1.350,00.

Invalidez permanente parcial incompleta:

Para os casos de invalidez parcial incompleta se aplicarão os percentuais abaixo aos valores previstos para cada uma das hipóteses de invalidez parcial completa:

- 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão *habeas*;
- 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão;
- 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão; e
- 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

17. Aliás, muito cômodo manter-se o valor abaixo daquele previsto em lei, pois a volumosa diferença entre o arrecadado com a cobrança do seguro e as indenizações pagas somados às reservas legais é rateado entre as Seguradoras.

18. Enfrentando a matéria, o STJ firma entendimento de que o valor a ser pago é aquele previsto na lei, dando guarida à tese do autor:

EMENTA- Civil. Seguro obrigatório (dpvat). Valor quantificado em salários mínimos. Indenização legal. Critério. Validade. Lei n. 6.194/74. Recibo. Quitação. Saldo remanescente. RELATOR Ministro Aldir Passarinho Júnior - 20 de agosto de 2002 Do voto condutor deste acórdão, colhe-se: EXM^o SR. MINISTRO ALDIR PASSARINHO JÚNIOR (RELATOR): - Trata-se de recurso especial, ajuizado pelas letras "a" e "c" da permissiva constitucional, em que se discute sobre o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório DPVAT, em razão de atropelamento





fatal que vitimou esposa do autor. Não procedem as objeções opostas pela recorrida, eis que a matéria se acha devidamente prequestionada e caracterizado o desígnio jurisprudencial. A Colenda 2ª Seção do STJ, no julgamento do Resp n. 146.186/RJ, a ela afetado pelo Egrégia 3ª Turma, decidiu, por maioria de votos, que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação citada, porquanto cuida-se de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação inflacionária (Rel. p/ acórdão Min. Alcir Passarinho Junior, por maioria, Julg. Em 12.12.2001). Destarte, devido o pagamento da diferença postulada na exordial.

De outra parte, a jurisprudência também do STJ inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT, consoante a regra do art. 3º, letra "a", da Lei n. 6.194/74. Nesse sentido: "SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS - INDENIZAÇÃO POR MORTE - FIXAÇÃO EM SALÁRIOS-MÍNIMOS - LEI 6.194, ART. 3. - RECIBO DE QUITAÇÃO - RECEBIMENTO DE VALOR INFERIOR AO LEGALMENTE ESTIPULADO - DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO."

I - Pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que o art. 3º, da Lei 6.194/1974, não fora revogado pelas Leis 6.205/1975 e 6.423/1977, porquanto, ao adotar o salário-mínimo como padrão para fixar a indenização devida, não o tem como jato de correção monetária, que estas leis buscam afastar.

II - Igualmente consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo a obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traduz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação. Precedente do STJ.

III - Recurso especial conhecido pela divergência e prurido."

(3ª Turma, REsp n. 129.182/SP, Rel. Min. Waldemar Zveiter, por maioria, DJU de 30.03.1998)

"SEGURO. AUTOMÓVEL. PERDA TOTAL DO BEM. RECIBO DE QUITAÇÃO. INDENIZAÇÃO. VALOR AJUSTADO NO CONTRATO.





- 'Consolidado o entendimento de que o recibo de quitação passado de forma geral, mas relativo a obtenção de parte do direito legalmente assegurado, não traz renúncia a este direito e, muito menos, extinção da obrigação'. Precedente do STJ.

- Tratando-se de perda total do veículo, é devida na integralidade a quantia ajustada na apólice (art. 1.462 do Código Civil), independentemente de seu valor médio vigente no mercado. Precedente da Segunda Seção.

Recurso especial não conhecido."

(4ª Turma, REsp n. 195.492/RJ, Rel. Min. Barros Monteiro, *unânime*, DJU de 21.08.2000)

"DIREITO CIVIL. SEGURO EM GRUPO. PRESCRIÇÃO ANUAL. TERMO A QUO DO PRAZO. RECIBO DE QUITAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

I - O recibo firmado pelo segurado dando plena e geral quitação à seguradora não tem o condão de inviabilizar a pretensão à diferença devida.

II - No prazo prescricional da ação que envolve contrato de seguro, segundo entendimento do Tribunal, o termo **a quo** não é a data do acidente, mas aquela em que o segurado teve ciência inequívoca da sua invalidez e da extensão da incapacidade de que restou acometido."

(4ª Turma, REsp n. 257.396/SP, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Peixoto, *unânime*, DJU de 16.10.2000)

Ante o exposto, conheço do recurso especial e dou-lhe provimento, para restabelecer a sentença de 1º grau, prolatada pelo MM. Juiz Francisco Ceaguinto (fls. 42/44).

É como voto."

19. O mesmo entendimento é encontrado nos Tribunais Estaduais:

CIVIL - INDENIZAÇÃO - SEGURO OBRIGATORIO DE VEICULO - DPVAT - DATA DO SINISTRO ANTERIOR À LEI N° 8.441/92 - VEICULO IDENTIFICADO - DESNECESSIDADE DO DUTIF DA

Página 9 de 12



PROVA DO RECOLHIMENTO DO PRÊMIO – PRECATÓRIO – AÇÃO DE REGÊNCIA PARA O VALOR INDENIZATÓRIO – 1. A postura da indenização securitária do seguro obrigatório – DPVAT, deve guardar e obedecer as exigências de comprovação do fato e do direito à sua percepção, contidas nas normas legais pertinentes e da época do sinistro. Se ocorrido antes da vigência da Lei nº 8.441, de 13 de julho de 1992, as alterações introduzidas por esta na Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, não lhe alcançam. 1.1. De qualquer forma, mesmo que o veículo em alçada no acidente tivesse sido identificado, nem uma e nem outra daquelas Leis exigiam a apresentação da prova do recolhimento do valor do prêmio do seguro obrigatório – DPVAT ou a apresentação dos respectivos dul's, por parte da vítima ou seu beneficiário, como condição para o pagamento da indenização. 2. Se as resoluções do CNP nºs. 56/2001 e 35/2000 estabelecem, como valor indenizatório – R\$ 6.754,01 – Que confita com o fixado na letra 'a' do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, ou seja – "40 (quarenta) vezes o valor do maior salário-mínimo vigente no país – No caso de morte", o princípio da hierarquia das normas legais manda prevalecer a que nesta última se contém. 3. Recursos conhecidos, provendo-se em parte recurso do autor e improvando o recurso da ré, ficando parcialmente reformada a r. Sentença recorrida. (TJDF – ACJ 20010111045278 – DJF – 2ª T.R.J.F. – Rel. Des. Benito Augusto Viezgi – DJU 27.05.2002 – p. 51)

AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO –DPVAT – PROVA – VALOR DA INDENIZAÇÃO – SALÁRIO MÍNIMO – O recibo de "quitação geral, plena e irrevogável" em que conste especificamente a importância objeto do pagamento, exonerou o devedor somente das quantias expressamente mencionadas no instrumento, ressalvando-se ao credor o direito de buscar perante o aparato judicial verbas a que tenha direito e que, de fato, não recebeu. O valor da indenização relativa ao seguro DPVAT, em caso de morte, é devido no parâmetro de 40 (quarenta) salários mínimos, em conformidade com o artigo 3º da Lei 6.194/74. A Lei nº 6.205/75 não revogou o critério de fixação de indenização em salários mínimos estabelecido pela Lei 6.194/74, pois não se constitui o salário mínimo em fator de correção monetária, servindo apenas como base do quantum a ser indenizado. (TAMG – AP 0339728-4 – Uberlândia – 1ª C.Civ. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 28.06.2001).

20. O Colegiado Recursal dos Juizados Especiais de Mato Grosso tem posição definida acerca da matéria:

Página 10 de 12





2ª Turma Recursal - Recurso nº: 283/02 - CAPITAL (Juizado Especial Civil do Bairro Porto) - Recorrente: Bradesco Seguros S.A. - Recorridos: Vinícius Xavier de Oliveira e Ana Alves de Oliveira - Relator: Excmo. Sr. Dr. Carlos Alberto Alves da Rocha.

SEGURO OBRIGATÓRIO - INDENIZAÇÃO - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS - VALOR - FIXAÇÃO - RESOLUÇÃO - CONDENAÇÃO - RECURSO IMPROVADO. Para o recebimento do denominado seguro obrigatório basta a juntada dos documentos descritos na letra "a", do art. 3º, da Lei nº 6.194/74.

A condenação obediente a lei que estipula o valor indenizável equivalente à determinada quantidade de salário mínimo não é inconstitucional, mormente se fixada em valor certo. O valor do seguro fixado por lei não pode ser alterado por resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados. ACORDAM, em Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, por unanimidade negar provimento ao recurso.

21. Após análise da legislação e jurisprudência expostas, torna-se evidente que se faz necessário o pagamento de uma indenização adequada ao requerente, em função da debilidade permanente causada pelo acidente sofrido.

IV - DO PEDIDO

22. Por todo o exposto, pelo que faz jus o autor, requer a Vossa Excelência se digne em:

a) QUE CONCEDA A JUSTIÇA GRATUITA, com base no que dispõe a Lei nº 1.060/50 com alterações da Lei 7.510/86, além do art. 5º da Constituição Federal e do art. 98 do Novo Código de Processo Civil, por não ter condições de arcar com custas e demais despesas processuais, não conseguindo exercer sua profissão de forma plena em razão das sequelas causadas do acidente que sofreu;

b) Ordenar a CITAÇÃO da REQUERIDA no endereço inicialmente indicado, quanto à presente ação, sendo esta realizada por via postal (SEDEX) - visando maior economia e celeridade processual, para que, perante esse Juízo, apresente a defesa que tiver, dentro do prazo legal, sob pena de confissão quanto à matéria de fato ou pena de revelia, com designação de data para Audiência de Conciliação (art. 319, VII, do Novo Código de

Página 11 de 12



Processo Civil); devendo ao final, ser julgada PROCEDENTE a presente Ação, sendo a mesma condenada nos seguintes termos:



c) Julgar **PROCEDENTE** a presente ação, condenando a requerida a pagar o Seguro Obrigatório DPVAT, no importe de **R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**, acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, tudo corrigido monetariamente, tendo em vista que o autor encontra-se com sérias sequelas (Lei nº 6.194/1974, como nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007), em decorrência do grave acidente que sofreu, conforme laudo médico anexado;

d) A condenação final em todos os termos pedidos, tudo acrescido de correção monetária, juros, custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios, e demais cominações previstas em lei, como assevera a legislação consolidada.

O Requerente provará o alegado por meio de todas as provas em direito admitidas.

Dá-se à causa o valor de R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Currais Novos/RN, 14 de dezembro de 2016.

FLÁVIA MAIA FERNANDES
ADVOGADA - OAB/RN 8403

Página 12 de 12





PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: JOÃO BATISTA DE MEDEIROS, brasileiro, casado, moto taxista, portador do RG nº 905.441 SSP/RN e inscrito no CPF sob o nº 566.018.914-87, residente e domiciliado na Rua Braz Machado da Nobrega, 30, Bairro Radir Pereira, Currais Novos/RN, CEP: 59.380-000. Fone: (84) 9 9630-3786.

OUTORGADO: FLÁVIA MAIA FERNANDES, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 8403, MILENA GALVÃO FERREIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 4892, ANA ELÍSIA DE ARAÚJO, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RN 9294, JOSÉ MÚCIO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/RN 11.368, e SARAH NATALLY DUARTE DE CARVALHO CORTEZ GOMES, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RN sob o nº 13019, todos com endereço profissional nesta cidade, na Rua Moises Galvão, 125, Centro, Currais Novos- RN, CEP: 59.380-000, onde recebem intimações e comunicações deste feito.

PODERES: Com poderes das cláusulas “AD JUDICIA” “ET EXTRA”, e com poderes para confessar, transigir, desistir, fazer acordos, passar recibos, receber importâncias monetárias, requerer medidas preventivas e assecuratórias de direito, defender os interesses do outorgante em qualquer juízo, foro, instância ou tribunal inclusive Justiça Federal, repartições Públicas, federais, estaduais, municipais e autarquias, propor e variar de ações, agravar, apelar e interpor recursos livremente, praticar e assinar tudo o mais que se tome necessário em defesa de seus interesses e direitos, inclusive subestabelecer este em que lhe convier, o qual dá, desde logo, por firme e valioso.

Autorizo VANUSIA DE MELO BARBOSA inscrita no CPF 011.516.234-82, DAHIANE PATRÍCIA SANTOS MEDEIROS inscrita no CPF 088.833.614-40 a FAZER CARGA, OBTER VISTAS, TIRAR CÓPIAS e DESENTRANJAR DOCUMENTOS dos AUTOS.

Currais Novos/RN, 18 de Novembro de 2016.

X JOÃO BATISTA DE MEDEIROS

OUTORGANTE

Rua Moisés Galvão, nº 125, Centro – Currais Novos / RN - CEP 59380-000
TEL/FAX. (84) 3412-1112 CEL. (84) 9877-0162/9971-7115.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE HABITAÇÃO	
CARTÃO NACIONAL DE HABITAÇÃO	
Nome: JOAO BATISTA DE MEDEIROS	
Localidade / Data de Nascimento: 905442 SSP RJ	
C.R. 545 018 918-HT Data de Nascimento: 07/02/1968	
Família: ERASMO FERREIRO DE MEDEIROS ANA LOPES DE MEDEIROS MELETRON	
Número: 02764382731 Validez: 19/01/2010 Exatidão: 19/01/2008	
Ocupação: OAB NOTOTAXISTA; EXERCE ATIV. REMUNERADA;	
Assinatura: João Batista de Medeiros	
Local: CURRAIS NOVOS, RN Data de Emissão: 16/05/2013	
Número: 48171456155 RN 70172.0067	





DATA CONTRATO	7005163301	RECEBANDO	10/2016
DATA DE VENCIMENTO	26/10/2016	DATA PROXIMA DO CALCELAMENTO	19/11/2016
TOTAL A PAGAR (R\$)			76,00

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA ENTREGAÇÃO
18/10/2018	5003941076	2733088

	QUANTIDADE	PREÇO UN	VALOR UN
Consumo Aéreo (PR)	126,0000000	0,53493074	67,49
Contribuição Iluminação Pública			7,90

TOTAL DA FATURA

75.05

DECLARAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A LOCAÇÃO								
CPF DO MORADOR	TIPO DA PARCELA	ÁREA DATA	ÁREA LÍQUIDA	DATA	ÁREA LÍQUIDA	QUOTA DE USOS	CONTEÚDO	ÁREA DE CONTEÚDO (M²)
00000000	CA	1980000	1.250,00	1980000	1.250,00	30	1.000,00	12,50

Number of cases by age group and sex

Age group	Male	Female
0-10	125	125
11-20	125	125
21-30	125	125
31-40	125	125
41-50	125	125
51-60	125	125
61-70	125	125
71-80	125	125
81-90	125	125
91-100	125	125

Number of deaths by age group and sex

Age group	Male	Female
0-10	125	125
11-20	125	125
21-30	125	125
31-40	125	125
41-50	125	125
51-60	125	125
61-70	125	125
71-80	125	125
81-90	125	125
91-100	125	125

ip-addr: 192.168.1.1

Copyright © 1999 by John Wiley & Sons, Inc. All rights reserved. No part of this publication may be reproduced, stored in a retrieval system, or transmitted, in any form or by any means, electronic, mechanical, photocopying, recording, or by any information storage and retrieval system, without permission in writing from John Wiley & Sons, Inc. This publication is intended to provide accurate and authoritative information in regard to the subject matter covered. It is sold with the understanding that the publisher is not engaged in rendering any accounting, legal, or other professional service. If such service is required, the assistance of a competent professional person should be sought. This publication is printed on acid-free paper.

ATENÇÃO: A CO SERVE INFORMAR QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

Copyright © 2004 John Wiley & Sons, Inc.

Variable	Observed	1990	Years	Distance	Value
Variable	Observed	1990	Years	Distance	Value

Este texto refere-se apenas à situação, e não ao direito de propriedade sobre o bem em questão. Assim, não pode ser usado para fins de litígios judiciais ou para fins de registro em cartório.

[illegible]

RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO DE CONTAS					TOTAL DO PERÍODO (R\$)	
CONTAS	DEB.	CRED.	DEB.	CRED.	DEB.	CRED.
CONTAS DE BALANÇO						
CONTAS DE BALANÇO	2,00	11,00	22,00	46,00	220	220
CONTAS DE BALANÇO	2,00	7,00	15,00	11,00		
CONTAS DE BALANÇO	1,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DO PERÍODO (R\$)					220	220

Leads DCM: 46.00 E-DCM: Value of Risk equals 0.471429 Section of Ordinance: 83 31.75

CÓDIGO CONTRATO	MÊS/ANO	DATA DE VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR (R\$)
000000001	01/2016	28/10/2016	75,00

6389000000-5 75090038407-8 00516330120-5 00809569253-2





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CURRAIS NOVOS
VARA CÍVEL



Processo nº 0103570-93.2016.8.20.0103
Ação: Procedimento Ordinário
Promovente: João Batista de Medeiros
Promovido(a): Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

SENTENÇA

1. **João Batista de Medeiros**, qualificado nos autos, ingressou em Juízo, por intermédio de advogada, com **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório – DPVAT** em desfavor da **Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, também qualificada, expondo na inicial os fatos e fundamentos em que baseia a sua pretensão.

2. Após o recebimento da inicial (**fl. 23**), foi determinada a citação da parte demandada, tendo esta apresentado a contestação de **fls. 26/34**.

3. Em seguida, foi apresentada réplica pela parte autora (**fls. 73/81**), bem como foi realizada perícia judicial (**fls. 147/148**), tendo, na sequência, sido feita a conclusão dos autos para julgamento, isso após a intimação das partes para apresentação de alegações finais escritas.

4. É o relatório. **DECIDO**.

5. Compulsando os autos, verifico que estão presentes todos os pressupostos processuais subjetivos e objetivos, estando presentes as condições da ação, razão pela qual passo ao julgamento do mérito da presente demanda.

6. Ao analisar os fatos articulados pela parte autora, ressalto que a matéria objeto de julgamento é a seguinte: **a) se a parte autora foi vítima de acidente de trânsito; b) em caso positivo ao primeiro questionamento, se ocorreu debilidade permanente de algum membro; c) em caso positivo, qual a proporção da debilidade e o valor da indenização a ser paga.**

7. Fixados os pontos controvertidos, importa ressaltar que da leitura da contestação (referida no item 2), restou como fato incontroverso o seguinte: **a parte autora João Batista de Medeiros foi vítima de acidente de trânsito**, restando saber se ocorreu debilidade permanente de algum membro.

8. Com efeito, a Perícia Médica Judicial realizada em sede de audiência (**fls. 84/85**), reconheceu a existência de lesão, qual seja, **Trauma no punho esquerdo**.

9. Dessa forma, verifico que, ao aplicar a Tabela do Seguro Obrigatório DPVAT (Lei n.º 11.945/2009), para o caso de **Trauma no punho esquerdo**, incide o percentual de **70% (setenta por cento)** sobre o teto indenizatório, o que resulta no valor de **R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)** e, em seguida, aplicando-se o percentual apurado no Laudo de **fls. 147/148**, qual seja, **10% (dez por cento)**, **tem-se a indenização no valor de R\$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais).**

10. Por fim, considerando que resta comprovado nos autos que a seguradora demandada já efetuou, pela via administrativa, o pagamento ao promovente da quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, **DECLARO que o valor devido, a título de prêmio do seguro DPVAT, é de R\$ 101,25 (cento e um reais e vinte e cinco centavos).**







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CURRAIS NOVOS
VARA CÍVEL



DISPOSITIVO.

11. Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido autoral, para condenar a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A** a pagar ao autor **João Batista de Medeiros** a seguinte quantia:

a) R\$ 101,25 (cento e um reais e vinte e cinco centavos), como pagamento do prêmio do seguro DPVAT.

12. Declaro concluído o módulo processual de conhecimento, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

13. No tocante ao termo inicial para incidência da correção monetária, destaco que esta deve ocorrer a partir da data do pagamento a menor ocorrido pela via administrativa, nos termos da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Por outro lado, no que diz respeito a incidência de juros de mora, esta deve incidir a partir da citação, pelo INPC, conforme Súmula 426 do STJ, nos termos dos artigos 406 do CC e 161, § 1º, do CTN.

14. Considerando o disposto no art. 86 do Código de Processo Civil, tratando-se de **sucumbência recíproca**, no que concerne às **custas processuais**, condeno a parte autora ao pagamento de 80% (oitenta por cento) do valor das custas, cabendo à promovida o pagamento de 20% (vinte por cento) da mencionada verba. Da mesma forma, com relação aos **honorários advocatícios**, fixo-os em 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil, devendo a parte ré suportar o pagamento de 20% (vinte por cento) do referido valor e cabendo à autora arcar com 80% (oitenta por cento) desse montante. **DECLARO suspensa a exigibilidade das referidas verbas, isso com relação à promovente, eis que é beneficiária da gratuidade da justiça.**

15. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

16. Após o trânsito em julgado, determino que seja intimada a parte sucumbente para, em 10 (dez) dias, juntar aos autos comprovante de pagamento das custas processuais, que deverão ser devidamente calculadas, com envio do demonstrativo juntamente com a intimação.

17. Caso não seja efetuado o pagamento das custas no prazo concedido, proceda-se à cobrança, da forma regimental.

18. Após o cumprimento integral dos itens anteriores, **ARQUIVE-SE, com baixa**, ressaltando que eventual pedido de cumprimento de sentença deverá ser formulado diretamente no Sistema PJe.

Currais Novos/RN, 08 de maio de 2019.

Marcus Vinicius Pereira Júnior
Juiz de Direito



RECEBIMENTO

Nesta data, recebi estes autos.

Currais Novos, 14/05/19

Paula

JUNTADA

em anexo, em carono, junto a estes autos.

Petição as fls. 160 à 162

produzindo-se segun: do que fiz este termo.

Currais Novos, 16 de 05 de 2019

[Assinatura]





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Currais Novos
Avenida Coronel José Bezerra, 167, Centro, CURRAIS NOVOS - RN - CEP: 59380-000

Processo nº 0802225-81.2019.8.20.5103

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. **João Batista de Medeiros**, qualificado nos autos, ingressou em Juízo, por intermédio de advogado, com **Cumprimento de Sentença** em desfavor da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, também qualificada, pelas razões expostas na petição inicial do pedido de cumprimento de sentença.

2. É o relatório. **DECIDO**.

3. Inicialmente, verifico que estão presentes os pressupostos processuais subjetivos e objetivos, bem como as condições da ação, ressaltando que ficou comprovado que a parte executada não efetivou o cumprimento da obrigação ou mesmo que efetivou o cumprimento, mas não comprovou nos autos do processo.

DISPOSITIVO.

4. De acordo com as razões acima expostas, determino o seguinte:

a) nos termos do art. 523 do CPC/2015, intem-se o executado, da forma determinada no art. 513 do CPC/2015, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver;

b) caso não seja efetuado o pagamento do valor referido no item anterior, nos termos do §1º do art. 523, determino a intimação da parte exequente para, em 15 (quinze) dias, apresentar cálculos atualizados constando o débito acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento;

*c) cumprido o determinado no item 4 'b', determino que seja expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, considerando o valor atualizado informado pela parte exequente ou, em caso de omissão da parte autora no cumprimento do estabelecido no item 'b', o mandado de penhora e avaliação deverá ser expedido considerando o valor apresentado na inicial. Após a(s) penhora(s), nos termos do art. 525 do CPC/2015, intem-se **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.*

5. Publique-se. Intem-se.

Marcus Vinícius Pereira Júnior

Juiz de Direito

(Documento assinado eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.419/2006)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
1ª Vara da Comarca de Currais Novos
Avenida Coronel José Bezerra, 167, Centro, CURRAIS NOVOS - RN - CEP: 59380-000

Processo nº 0802225-81.2019.8.20.5103

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. **João Batista de Medeiros**, qualificado nos autos, ingressou em Juízo, por intermédio de advogado, com **Cumprimento de Sentença** em desfavor da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, também qualificada, pelas razões expostas na petição inicial do pedido de cumprimento de sentença.

2. É o relatório. **DECIDO**.

3. Inicialmente, verifico que estão presentes os pressupostos processuais subjetivos e objetivos, bem como as condições da ação, ressaltando que ficou comprovado que a parte executada não efetivou o cumprimento da obrigação ou mesmo que efetivou o cumprimento, mas não comprovou nos autos do processo.

DISPOSITIVO.

4. De acordo com as razões acima expostas, determino o seguinte:

a) nos termos do art. 523 do CPC/2015, intem-se o executado, da forma determinada no art. 513 do CPC/2015, para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver;

b) caso não seja efetuado o pagamento do valor referido no item anterior, nos termos do §1º do art. 523, determino a intimação da parte exequente para, em 15 (quinze) dias, apresentar cálculos atualizados constando o débito acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento;

*c) cumprido o determinado no item 4 'b', determino que seja expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação, considerando o valor atualizado informado pela parte exequente ou, em caso de omissão da parte autora no cumprimento do estabelecido no item 'b', o mandado de penhora e avaliação deverá ser expedido considerando o valor apresentado na inicial. Após a(s) penhora(s), nos termos do art. 525 do CPC/2015, intem-se **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A** para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.*

5. Publique-se. Intem-se.

Marcus Vinícius Pereira Júnior

Juiz de Direito

(Documento assinado eletronicamente, nos termos da Lei nº 11.419/2006)

